

A GÊNESE ONTO-HISTÓRICA DA OPRESSÃO RACIAL E O LUGAR DA EDUCAÇÃO

Daniele Kelly Lima de Oliveira¹
Josefa Jackline Rabelo²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo contribuir com a compreensão da gênese onto-histórica da opressão racial a partir do estudo da relação entre acumulação primitiva e surgimento do modo de produção capitalista, investigando também colonialismo e escravidão como parte desse processo de acumulação primitiva no final do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Esse caminho permite com que entendamos a concepção de gênero humano em contraposição à concepção de raça, apoiadas nos pressupostos da Ontologia materialista de Marx recuperada por Lukács. A metodologia aplicada a esse trabalho foi um levantamento teórico bibliográfico que teve como lente de análise o materialismo histórico-dialético. Nossa fundamentação teórica conta com as pesquisas de Marx (1988); Lukács (2013); Engels (2006); Williams (2012); Silva (2012) e Almeida (2019), dentre outras. Esta pesquisa evidenciou que a gênese da opressão racial tem estreita relação com o do processo de acumulação primitiva que inicia com a expropriação da população campo, exploração da classe trabalhadora urbana assalariada contando ainda com o colonialismo e escravidão moderna.

Palavras-chave: Acumulação primitiva. Capitalismo. Escravidão. Ontologia do ser social.

GENESIS OF RACIAL OPRESSION AND THE PLACE OF EDUCATION

ABSTRACT

This article aims to contribute to the understanding of the onto-historical genesis of racial oppression from the study of the relationship between primitive accumulation and the emergence of the capitalist mode of production, also investigating colonialism and slavery as part of this process of primitive accumulation in the end of the fifteenth century and in the first decades of the

¹ Pós-doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (PPGEB/UFC). Professora Doutora da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Líder do Grupo de Pesquisas e Estudos Educação, Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Diversidade (GPEEMPODERAR) CNPQ/UVA. Professora efetiva da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Vice-presidente do SINDIUVA. E-mail: dankel28@yahoo.com.br

² Professora Titular (UFC), Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira (PPGEB/UFC), Pesquisadora do Grupo de Pesquisas Interinstitucional EMANCIPA e Pesquisadora-colaboradora do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO)UECE, E-mail: jacklinerabelo@gmail.com

sixteenth century. This path allows us to understand the conception of human gender in opposition to the conception of race, supported by the assumptions of Marx's materialist ontology recovered by Lukács. The methodology applied to this work was a bibliographic theoretical survey that had dialectical historical materialism as its analysis lens. Our theoretical foundation relies on Marx's research (1988); Lukács (2013); Engels (2006); Williams (2012); Silva (2012) and Almeida (2019), among others. This research showed that the genesis of racial oppression is closely related to the process of primitive accumulation that begins with the expropriation of the rural population, exploitation of the salaried urban working class, still counting with colonialism and modern slavery.

Keywords: Primitive accumulation. Capitalism. slavery. Ontology of the social being.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho de pele branca não pode se emancipar onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro.
(MARX, 2013, p. 372).

A afirmação de Marx (2013) chama nossa atenção para a necessidade de pesquisa em torno da intrínseca relação entre capitalismo e escravidão, isso porque, historicamente, com o colonialismo, a escravidão “moderna” passou a ser definida pela cor da pele negra e suas respectivas características fenotípicas e/ou geográficas. Isto é, a população africana foi subjugada, sequestrada e escravizada nas terras do chamado novo mundo, tendo sua humanidade negada e essa negação legitimada filosoficamente por teorias raciais que, *pari passu*, apontavam a população negra como selvagem e escamoteavam os verdadeiros motivos da escravidão africana, quais sejam, econômicos.

O racismo moderno origina-se de condições objetivas existentes na transição do feudalismo ao capitalismo, expressando-se idealmente como falsificação do real, quando filósofos e cientistas buscaram dividir “cientificamente” a sociedade em raças, considerando também seu grau de hierarquização, influenciados pelas disputas travadas no interior da burguesia inglesa pela conservação ou não do Tráfico de Escravos e da Instituição Escravidão (SILVA, 2012, p. 12, “aspas” do autor).

O objetivo desse artigo é, pois, contribuir para a compreensão da gênese onto-histórica da opressão racial a partir do estudo da relação entre acumulação primitiva e surgimento do modo de produção capitalista, porque o colonialismo e o escravismo foram parte integrante desse processo de acumulação primitiva.

No exame dessa temática, contamos com o estudo de Marx (1988) sobre a acumulação primitiva, que consta no capítulo XXIV, do livro I, de *O Capital*, bem como a investigação realizada pelo historiador marxista de Trinidad e Tobago, Eric Williams (2012), em sua tese de doutorado que deu origem ao livro *Capitalismo e Escravidão*, no qual apresenta como a escravidão nas colônias britânicas financiou a Revolução Industrial Inglesa.

Essa investigação demanda pensarmos a história da humanidade à luz da totalidade social em suas múltiplas determinações, como assevera a antropóloga marxista estadunidense Eleanor Burke Leacock (2019) ao abordar a temática racial em seu livro *Mitos da dominação masculina*, alertando sobre os possíveis prejuízos que pode resultar uma pesquisa que trate da temática racial de forma isolada da totalidade social ou apenas de maneira parcial. A perspectiva da totalidade social é importante, como defendem Cisne e Santos (2018), porque com ela reconhecemos “[...] o caráter radicalmente histórico do ser social como complexo de complexos; a relação entre sociabilidade e individualidade; a existência e as implicações da luta de classes na vida social e as contradições postas na realidade” (p. 24).

Esse artigo está apoiado na ontologia materialista de Marx, recuperada por Lukács e apresentada em sua obra *Para um Ontologia do Ser Social* (2013). Contamos ainda com as pesquisas de Engels em seu estudo sobre O papel do trabalho na transformação do macaco em homem (2006).

Nosso ponto de partida nessa pesquisa tem uma “concepção de gênero humano em contraposição à concepção de raça”, como afirma Silva (2012), pois o entendimento do que nos define ontologicamente como seres sociais e o desvelamento do processo histórico que culminou na escravidão da população africana são essenciais para enfrentarmos os pressupostos das teorias raciais que se assentam em um falseamento da realidade, quando defendem a divisão do gênero humano entre raças com base em elementos físicos, geográficos etc. Essa divisão, que é apregoada como natural, esconde seu real objetivo, que é de fundo econômico, afinal “O domínio de classes lançou mão do racismo para a exploração do homem pelo homem” (SILVA, 2012, p. 13). É no intuito de

criticarmos essas teorias que trazemos uma breve explanação acerca da categoria trabalho como complexo social fundante do mundo de humanos.

A relevância dessa temática passa também pela necessidade de ampliação do chamado “letramento racial” na sociedade. “O letramento é uma forma de aprender os códigos secretos que se escondem por trás do mundo sensível, permitindo elucidar a essencialidade das coisas, o movimento imanente da matéria e suas conexões íntimas” (NETO, 2020, p. 9).

Nesse panorama a educação ocupa um importante lugar, podendo contribuir com o desvelamento do real no que concerne à análise entre capitalismo e escravismo, sem, contudo, ser considerada responsável pela superação da opressão classista ou racial, papel que não lhe cabe, visto que a raiz dessa problemática encontra-se no complexo do trabalho.

Esse trabalho faz parte dos estudos realizados no estágio pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará (PPGEB/UFC), entre 2021 e 2022, com o título *Da acumulação primitiva à teoria das raças: pressupostos de compreensão para uma educação antirracista*.

Fundamentos históricos da opressão racial: da acumulação primitiva ao escravismo

Três palavras se entrecruzam quando pensamos sobre a questão racial: expropriação, exploração e opressão. O racismo, isto é, “a forma sistematizada de discriminação que tem a raça por fundamento [...]” (ALMEIDA, 2019, p. 32), não é um fenômeno anterior à escravidão moderna, pelo contrário, ele é resultado dela:

A escravidão no Caribe tem sido identificada com o negro de uma forma demasiado estreita. Com isso deu-se uma feição racial ao que é basicamente um fenômeno econômico. A escravidão não nasceu do racismo: pelo contrário, o racismo foi consequência da escravidão. (WILLIAMS, 2012, p. 34).

Essa afirmação e, mais precisamente, a demonstração histórica dessa construção social é que permite com que entendamos que o racismo não é uma questão de caráter ou patologia. Trata-se de

[...] uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares [...]. O racismo é estrutural. (ALMEIDA, 2019, p. 50, “aspas” do autor).

A opressão racial é resultado de um processo que se iniciou com a expropriação da população camponesa, que fez parte da assim chamada acumulação primitiva, como descreve Marx (1988), e, posteriormente, da exploração da massa trabalhadora, tendo o colonialismo e a escravidão como partes desse processo.

Apresentaremos uma breve exposição acerca dessa relação entre a escravidão da população africana como parte do processo de acumulação primitiva e o surgimento do modo de produção capitalista para demonstrarmos o caminho que parte da expropriação, passa pela exploração de trabalhadores até desembocar na opressão racial com a escravidão moderna. Para isso, é importante passarmos pela transição do feudalismo para o capitalismo, especialmente tratando da motivação econômica que ali pode ser melhor apreendida.

A acumulação primitiva é, na verdade, o processo de expropriação dos trabalhadores diretos e a conversão de seus meios de vida em capital. Recorrendo ao estudo histórico, Marx (1988) explica que diferente do que apregoa a Economia Política Clássica, a acumulação primitiva foi um processo de violência generalizada pela qual a burguesia expropriou camponeses de seus meios de produção, promovendo os cercamentos de terras, obrigando-os a se submeterem ao nascente mercado, portanto vendendo sua força de trabalho. Ao mesmo tempo foi acompanhada de leis sanguinárias que impediam que as pessoas que eram vítimas dessa expropriação escapassem desse processo. Juntamente a isso deu-se a Reforma Protestante, que colaborou com o saque e o roubo dos bens e terras da Igreja católica, que era a maior latifundiária da época. Teve ainda a colonização e a escravização como alavanca para o modo de produção capitalista nascente. “E a história dessa sua expropriação está inscrita nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo” (MARX, 1988, p. 252).

No final do século XV e nas primeiras décadas do século XVI, os camponeses foram expropriados de seus meios de subsistência, principalmente de sua base fundiária, o que os deixava sem condições de permanecer no campo, sendo obrigados a migrar para as novas cidades industriais. Aqueles que insistiam em permanecer ocupando as casas onde moravam sofriam com a política da *Clearing of Estates*, ou seja, as propriedades eram clareadas, limpas de seres humanos, processo em que, por exemplo, “Uma velha senhora foi queimada nas chamas da cabana que ela se recusava a abandonar” (MARX, 1988, p. 262).

A legislação entre os séculos XV e XVIII garantiu que a população do campo não tivesse outra alternativa a não ser tornar-se mão de obra assalariada nas fábricas. Havia uma desproporção entre o alto número de pessoas que chegavam às cidades e a baixa capacidade de absorção dessas pessoas pela indústria. Muitos ficavam vagando pelas ruas, mendigando alimentação ou até mesmo recorrendo a roubos para tentar sobreviver naquele contexto de miséria.

A legislação passou a identificar essas pessoas que haviam sido empurradas para as cidades e não absorvidas pela indústria como vagabundos, indicando punição severa com prisão, açoites e, até mesmo, com a escravidão:

Um estatuto de seu primeiro ano de governo [Eduardo VI], 1547, estabelece que, se alguém se recusa a trabalhar, deverá ser condenado a se tornar escravo da pessoa que o denunciou como vadio. O dono deve alimentar seu escravo com pão e água, bebida fraca e refugos de carne; conforme ache conveniente. Tem o direito de forçá-lo a qualquer trabalho, mesmo o mais repugnante, por meio do açoite e de correntes. Se o escravo se ausentar por 14 dias será condenado à escravidão por toda a vida e deverá ser marcado a ferro na testa ou na face com a letra S; caso fuja pela terceira vez, será executado como traidor do Estado. O dono pode vendê-lo, legá-lo, ou, como escravo, alugá-lo, como qualquer outro bem móvel ou gado. Se os escravos tentarem alguma coisa contra os senhores, devem ser da mesma forma executados. Os juizes de paz, quando informados, devem perseguir os marotos. Se se verificar que um vagabundo está vadiando há 3 dias, ele deve ser levado a sua terra natal, marcado com ferro em brasa no peito com a letra V e lá posto a ferro para trabalhar na rua ou ser utilizado em outros serviços. (MARX, 1988, p. 265).

Expropriados da terra e explorados na cidade, homens, mulheres e até mesmo crianças eram submetidos a jornadas extenuantes de trabalho. Com base nas pesquisas de Marx e Engels, Montaño e Duriguetto (2011) informam

que as jornadas de trabalho chegavam a atingir 16h por dia e que, em 1820, em Londres, a estimativa de vida dos operários era de 21 anos.

Marx (1988) informa que a colonização das Américas e das Antilhas foi essencial para garantir a acumulação primitiva. Estamos tratando de um período de transição entre o modo de produção feudal para o modo de produção capitalista.

O sistema colonial – embrião do sistema do capital – contraditoriamente à forma típica do capitalismo nascente, estabeleceu – e não poderia ser de outra forma devido à situação econômica e social dos países europeus que saíram caoticamente do sistema feudal – o escravismo como forma de expropriação do sobretrabalho numa tentativa de acelerar o processo de acumulação de capitais (SILVA, 2012, p. 25).

Lembremos que na baixa Idade Média (entre os séculos XI e XV), a dinâmica dos feudos foi sendo modificada graças às consequências das Cruzadas, que foram uma das medidas tomadas pelo clero na tentativa de recuperar o poder da Igreja Católica. Tendo como objetivo recuperar Jerusalém das mãos dos muçulmanos, a Igreja empreendeu várias cruzadas até o território convocando camponeses e nobreza a juntarem forças em troca da pretensa salvação eterna e de terras.

Com a tentativa de chegar a Jerusalém por outros caminhos, novas rotas comerciais foram sendo abertas, estimulando as trocas.

Essas trocas serão muito estimuladas a partir das Cruzadas; assim, a estrutura social do feudalismo começa a se tornar mais complexa: os artesãos a pouco e pouco se organizam (em corporações) e os comerciantes/mercadores também buscam mecanismos associativos (as ligas). O estabelecimento de rotas comerciais para o Oriente trará um novo dinamismo a esse processo, que dará às atividades comerciais um destaque cujas consequências vão contribuir para a erosão das bases da ordem feudal, abrindo a via à crise do feudalismo e suas instituições, num longo período de transição que, ao fim, marcará o colapso do *Antigo Regime* (NETTO; BRAZ, 2007, p. 69-70).

Se, por um lado, a intenção do clero era se fortalecer, por outro, as cruzadas acabaram permitindo que camponeses tivessem acesso a novas tecnologias de produção e a novas culturas, ampliando sua visão de mundo, estimulando o questionamento do *status quo* e, contraditoriamente, provocando o enfraquecimento do próprio clero.

Com o retorno das Cruzadas, a nobreza ampliava seu poder político e territorial e os camponeses recebiam um pequeno pedaço de terra que aos poucos foi levando-os a abandonarem os feudos e viverem em pequenos grupos urbanos, fundando assim as primeiras cidades medievais, os burgos.

Observava-se que acontecia uma mudança dentro do mundo feudal: ia saindo de cena a relação de castas pela origem, dando espaço para o surgimento de uma nova classe, a burguesia. Como as pequenas propriedades nos burgos não conseguiam ser autossuficientes como nos feudos, as trocas passaram a ser frequentes, favorecendo em seguida a criação de moedas e das primeiras corporações de ofício.

A vida nos burgos também passou a influenciar a vida nos feudos que foram se modernizando com novas técnicas agrícolas e a produção de ferramentas. Percebe-se que em dado momento histórico feudalismo e capitalismo nascente coexistiam.

A burguesia tinha o poder financeiro e a nobreza tinha o poder político. Juntos formaram países e reis que os permitiram chegar, no século XV, às Américas, consolidando uma escravidão de marca negra, a fim de garantir seu domínio político e econômico. É nesse contexto que nascem os Estados Nacionais Modernos e, com eles, o Absolutismo. A figura dos reis, que antes era mais simbólica, passou a ser revestida de poder político.

O Absolutismo mercantilista se encarregou de libertar o trabalhador europeu da gleba e das corporações, separando-os dos meios de produção ao passo que separava a agricultura das manufaturas, saqueava os bens da igreja e entregava o Estado nas mãos do capitalista em sua fase inicial (SILVA, 2012, p. 26).

Williams (2012), analisando esse momento histórico de transição do feudalismo para o capitalismo, o processo de acumulação primitiva e a escravidão nas colônias britânicas, concluiu que tanto as motivações tanto para a escravidão africana quanto para sua abolição foram econômicas, chegando inclusive a financiar a Revolução Industrial Inglesa.

Três fatores foram decisivos nessa análise: o sistema colonial, os monopólios e o comércio triangular. Pensando nas bases que deram sustento à Revolução Industrial, Williams encontrava em primeiro lugar o sistema colonial,

que possibilitou o amadurecimento do comércio e da navegação mundial; em segundo lugar, os monopólios, que possibilitaram alavancar a concentração de capital em alguns setores da sociedade; em terceiro lugar, a relação com as colônias, propiciando que as colônias funcionassem como mercado para os produtos manufaturados da Europa e, por fim, o saque das riquezas.

A primeira mão de obra utilizada nas colônias britânicas foi a indígena, em seguida o trabalho branco pobre, principalmente das pessoas que eram vítimas da expropriação de terras e depois da exploração capitalista nas novas cidades industriais. Abandonados à própria sorte por uma legislação sanguinária, condenados à fome, miséria, prisão e em algumas vezes, até mesmo à escravidão, muitas dessas pessoas embarcavam para o novo mundo tentando sobreviver nas condições ofertadas, como engajados ou degredados.

No final do século XVII, a situação mudou. O transporte de engajados e degredados que havia gerado um poderoso setor de interesse econômico na Inglaterra, agora trazia um problema à tona, o medo da subpopulação na Inglaterra. A meta naquele momento não era mais acumular metais preciosos; era preciso desenvolver a indústria do país, promover o emprego e incentivar as exportações. Parecia ser algo simples já que pra isso apenas seria necessário reduzir custos e aumentar a produtividade frente a outros países com baixos salários. Mas como informa Williams (2012), o medo da superpopulação deu lugar ao medo da subpopulação como consequência do intenso processo de emigração para a colônia. Juntando-se a isso, a piora das condições de trabalho foram tornando insustentáveis à manutenção do trabalho branco, o que foi abrindo espaço para o aumento da escravidão:

Os engajados não chegavam à América em quantidade suficiente para substituir os que haviam cumprido o prazo do contrato. Nas fazendas, para o engajado branco era fácil fugir; mais fácil do que para o negro, o qual, se era alforriado, costumava, por uma questão de auto defesa, continuar na mesma localidade onde era conhecido estaria menos sujeito a ser capturado como fugitivo ou vagabundo. O engajado esperava receber terra ao termo do contrato; o negro, num ambiente estranho, destacando-se pela cor e pelos traços, ignorando a língua e os costumes do home branco, podia jamais vir a ter acesso a um lote de terra. Com as diferenças raciais ficava mais fácil justificar e racionalizar a escravidão negra, arrancar uma obediência mecânica como um boi de tração ou a um cavalo de carga, exigir aquela resignação e a aquela completa sujeição moral e intelectual indispensáveis para a existência do trabalho escravo. O dinheiro por

dez anos de serviço de um branco comprava toda a vida de um negro. (WILLIAMS, 2012, p. 50-51).

As relações de produção deram a base cultural e ideológica para a narrativa de inferiorização de pessoas negras, criando-se uma ideologia de que havia uma diferença de raça, e essa ideia era hierárquica.

Esse conceito de raça foi historicamente forjado a fim de legitimar a escravização da população negra, garantindo assim a hegemonia dos países colonizadores até quando isso foi economicamente interessante.

Com o advento do Iluminismo e da modernidade, as revoluções liberais tomaram a cena da vida pública, abandonando a perspectiva teocêntrica e colocando o homem no centro das decisões acerca dos rumos da sociedade. Entretanto, esse antropocentrismo tinha uma figura específica de homem a ser considerado, tratava-se do homem branco europeu que ocupasse uma posição na classe dominante.

Os outros povos, recém-encontrados no novo mundo, eram classificados como bárbaros, selvagens e necessitados de civilização, justificando assim o processo de colonização – especialmente após a Revolução Haitiana (1791-1804) que pôs em evidência a unilateralidade dos ideais liberais que só beneficiavam as nações europeias, como era o caso da França.

É nesse contexto que surgem teorias raciais que defendem uma diferença racial entre a humanidade, de forma especial, classificando a população negra como inferior e a população branca europeia como a portadora da civilização, legitimando o colonialismo e o escravismo moderno.

O trabalho como complexo fundante do gênero humano: uma reflexão apoiada na Ontologia do ser social

A opressão racial é o resultado histórico de um processo de dominação econômica que tem na formação do capitalismo sua gênese. A Revolução Industrial foi financiada, em grande parte, por trabalho escravizado nas colônias britânicas, como demonstra o estudo de Eric Williams (2012).

A sociedade capitalista foi construída com base na escravidão, na exploração e na opressão da população negra trazendo consequências até hoje, como é o caso do chamado racismo estrutural. Vários são os estudiosos e estudiosas que se debruçaram sobre essa temática a fim de enfrentar e desvelar essa falsa divisão de raças entre a humanidade e suas consequências.

A filósofa Angela Davis (2016), por exemplo, percorre exatamente esse caminho ao tratar a temática da relação entre Mulheres, Raça e Classe, iniciando sua exposição pela escravidão e seus efeitos sobre a forma como a mulher negra foi desumanizada, conseguindo nos levar a entender o lugar e a importância da educação para a mulher negra.

Reconhecendo a importância e a necessidade desse estudo, Silva (2012) avança abordando a questão racial à luz da Ontologia materialista de Marx, colocando a concepção de gênero humano em detrimento da concepção de raça:

Em direção oposta à concepção de raça, recorreremos à concepção de gênero humano como um resultado da gênese do ser social no salto ontológico realizado a partir do trabalho, configurada na humanização do homem que ultrapassou a pura naturalidade da espécie (SILVA, 2012, p. 13).

A Ontologia materialista de Marx, recuperada por Lukács, dá-nos elementos para respondermos a um questionamento essencial no enfrentamento da falsa divisão racial da humanidade. O que nos torna humanos, ontologicamente falando, é o complexo social do trabalho. Lukács é quem se debruça sobre a obra de Marx na busca de recuperar em seus estudos uma ontologia materialista, ou “[...] a potencialidade do entendimento do que é essencialmente humano” (JÚNIOR, 2012, p. 20).

O esforço de Lukács também objetivava enfrentar as concepções liberais, irracionaisistas, burguesas que advogam a permanência do capitalismo como sinônimo de uma pretensa essência humana, tentando naturalizar e eternizar o capitalismo (JÚNIOR, 2012). Isso pode ser constatado também em sua obra *A Destruição da razão* (2020), especificamente o VII capítulo, intitulado *Darwinismo social, teoria das raças e fascismo*, no qual trata das teorias raciais em duas etapas, aquela iniciada por Arthur de Gobineau e, depois, aquelas amparadas no darwinismo social.

De acordo com Marx (2011), é o trabalho a categoria fundante do mundo humano, ou seja, é por meio dele que nos diferenciamos dos outros animais nos tornando seres sociais:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeças e mãos –, a fim de apropriar-se de seus recursos da natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais (MARX, 2011, p. 211).

Lukács (2013) segue a trilha de Marx ao declarar que para analisar as categorias específicas do ser social deve-se começar pelo trabalho, pois

[...] qualquer estágio do ser, no seu conjunto e nos seus detalhes, tem caráter de complexo, isto é, que as suas categorias, até mesmo as mais centrais e determinantes, só podem ser compreendidas adequadamente no interior e a partir da constituição global do nível de ser de que se trata (p. 41).

Engels (2006) apresenta de forma detalhada em seu texto *O papel do trabalho na transformação do macaco em homem*, o impacto que o trabalho teve na transformação do corpo e da mente humana. O uso da mão, a alimentação, o desenvolvimento da laringe, o clima são exemplos de alguns fatores que foram contribuindo para a transformação do animal homem em gênero humano, tudo isso movido pelo trabalho. “É mérito de Engels ter colocado o trabalho no centro da humanização do homem. Ele investiga as condições biológicas do novo papel que o trabalho adquire com o salto do animal ao homem” (LUKÁCS, 2013, p. 45).

Engels afirma que o trabalho realizado de forma social foi multiplicando os casos de ajuda mútua e a necessidade de contínua atividade conjunta foi fazendo surgir entre os seres humanos a necessidade de dizer algo uns aos outros, contribuindo para o desenvolvimento da laringe:

A necessidade criou o órgão: a laringe pouco desenvolvida do macaco foi-se transformando, lenta, mas firmemente, mediante modulações que produziam por sua vez modulações mais perfeitas, enquanto os órgãos da boca aprendiam pouco a pouco a pronunciar um som articulado após outro (ENGELS, 2006, p. 3).

Compreendendo o trabalho como a categoria responsável pelo salto ontológico dado pelo gênero humano da esfera biológica para a esfera social e,

consequentemente, sendo ele também, de acordo com Lukács (2013), o complexo que chama à vida os demais complexos sociais, como o direito e a linguagem, precisamos ponderar que a educação, sendo também um complexo social fundado pelo trabalho, sofre seus desdobramentos.

Nas comunidades primitivas, como demonstra Ponce (1991), o trabalho era coletivo em sua produção e apropriação de seu resultado.

O que era produzido em comum era repartido com todos, e imediatamente consumidos. O pequeno desenvolvimento dos instrumentos de trabalho impedia que se produzisse mais que o necessário para a vida cotidiana e, portanto, acumulação de bens (PONCE, 1991, p.17).

Por consequência, a educação, isto é, a transmissão dos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade para as gerações futuras, e a possibilidade da construção do novo (SAVIANI, 2021) eram compartilhadas com todos. Com o advento da propriedade privada e da divisão social de classes, essa situação mudou. O trabalho passou a ser apropriado por uma pequena parcela da sociedade, impactando também nos demais complexos, como é o caso da educação.

Na sociedade de classes, a negação do conhecimento para a classe trabalhadora passou a ser uma característica de um modelo de educação dual: *ominilateral* para quem possui os meios de produção e instrumental para quem tem apenas sua força de trabalho para vender no mercado de trabalho.

Graças a isso, o falseamento da realidade tem encontrado terreno fértil para que teorias como as raciais cresçam e sirvam de suporte superestrutural garantindo a manutenção de uma estrutura desigual, classista e racista.

Considerações finais

A opressão racial é o resultado de um longo processo histórico de escravidão da população negra como parte integrante do processo de acumulação primitiva (que serviu de base para o nascimento e consolidação do modo de produção capitalista), amparado em teorias raciais que defendiam a inferioridade biológica dessa parcela da sociedade. Isso deixou um legado de

discriminação, preconceito e racismo que opera de forma estrutural no seio de nossa sociedade. Embora, muitas vezes, esses fenômenos sejam defendidos como atrelados ao caráter individual, a determinadas instituições e/ou patologias de alguns seres humanos, o estudo apurado da história à luz da totalidade social demonstra que se trata do resultado de como nossa sociedade foi formada historicamente.

Vale lembrar que no capitalismo ao examinarmos a concepção de mundo hegemônica acerca dos pressupostos históricos e filosóficos que dão sustentação às teorias raciais e, conseqüentemente, ao racismo, deparamo-nos com uma falsificação do real, pois desde a transição do feudalismo para o modo de produção capitalista, a justificação do escravismo foi utilizada como alavanca para o capitalismo.

Dessa forma, observamos que o pensamento filosófico, antropológico e sociológico, isto é, as superestruturas que deram suporte e legitimaram a escravidão da população negra estiveram, desde seu surgimento, ligadas às demandas da estrutura econômica de colonização e exploração das Américas, da África e das Índias.

Esse processo teve como ponto de partida a acumulação primitiva, que compreendeu a expropriação fundiária dos trabalhadores camponeses, sua transformação em trabalhadores assalariados nas fábricas (sendo que aqueles que puderam ser absorvidos pela indústria foram transformados em mendigos, assaltantes, escravos e/ou desterrados para as colônias), a Reforma Protestante e o saque dos bens da igreja, grande latifundiária da época, juntamente com o colonialismo e o escravismo, que deram as bases econômicas para a Revolução Industrial Inglesa.

Ao pensarmos, por exemplo, sobre uma proposta de educação que colabore com o processo de emancipação humana, portanto anticlassista e antirracista, deparamo-nos com a necessidade de um real entendimento sobre o percurso histórico que garantiu a escravidão da população negra por tanto tempo e em sua relação imediata com o modo de produção capitalista, juntamente com o entendimento de que foi por meio da categoria trabalho que nos tornamos um gênero humano e não uma humanidade dividida em raças.

Esse momento, como outros da história da humanidade, podem ser vistos pelas lentes de Antonio Gramsci como aquilo que ele denominava de bloco histórico, ou seja, a reciprocidade e a organicidade entre o estrutural e o superestrutural, o vínculo concreto entre o econômico-social (o modo de produção) e o ético-político em cada momento histórico, entre as forças materiais e as ideologias. “É o problema das relações entre estrutura e superestrutura que deve ser posto com exatidão e resolvido para que se possa chegar a uma análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas” (GRAMSCI, 2011, p. 36).

No combate contra todos os fenômenos oriundos das teorias raciais, como racismo, preconceito racial e/ou discriminação racial, percebemos que apesar de várias conquistas, ainda há um caminho que precisa ser percorrido na superação desta problemática.

Pensando à luz da filosofia gramsciana entendemos que esvaziar de sentido, fragmentar o conhecimento acerca das teorias raciais, desvinculando-as da questão de classe é uma estratégia que fragiliza, divide e desmobiliza as ações em prol de superação da sociedade de classes e do racismo.

Entender esse percurso histórico e ideológico das teorias raciais é imprescindível para a formação dos futuros educadores, especialmente quando pretendemos lutar por um modelo de educação que se advoga como antirracista e que contribua num processo de emancipação humana.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.
- CISNE, Mirla. SANTOS, Silvana Mara Moraes dos Santos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ENGELS, Friederich. O papel do trabalho na transformação do macaco em homem (1876). **Revista Trabalho Necessário**, v. 4, n. 4, 2006.

FONTES, Virgínia. A transformação dos meios de existência em capital: expropriações, mercado e propriedade. *In*: BOSCHETTI, Ivanete (Org). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2018.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, v.5: O Risorgimento**. Notas sobre a Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

JUNIOR, Aurélio Bona. A ontologia de Lukács e a sexualidade em perspectiva emancipatória. **Filosofia e Educação**, v. 3, n. 2, p. 18-43, 2011.

LEACOCK, Eleanor Burke. **Mitos da dominação masculina**: uma coletânea de artigos sobre as mulheres numa perspectiva intercultural. São Paulo: Instituto Lukács, 2019.

LUKÁCS, G. **Ontologia do Ser Social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **A Destruição da Razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1, volume II: o processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Civilização Brasileira, Livro 1, Tomo I, 2004.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MONTAÑO, Carlos. DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.

NETO, Artur Bispo dos Santos. **A filosofia como crítica da escravidão**. Goiânia-GO: Editora Phillos Academy, 2020.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. Cortez Editora, 2007.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1991.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Autores associados, 2021.

SILVA, Uelber B. **Racismo e Alienação**: uma aproximação à base ontológica da temática racial. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

VAISMAN, Ester. FORTES, Ronaldo Vielmi. Apresentação In: LUKÁCS, G. **A Destruição da Razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.